



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 92ª Reunião Ordinária

**21 de março de 2023**

1 No dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, às 15 horas e 59 minutos, integrantes  
2 do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) reuniram-se para a 92ª  
3 Reunião Ordinária do CMDM - Gestão 2022/2026. A reunião foi realizada de forma presencial no  
4 Auditório da Prefeitura Municipal de Londrina, sito à Avenida Duque de Caxias, 635, segundo  
5 andar, Centro Cívico, Londrina, Paraná. Conforme Ofício Circular 003/2023-CMDM a reunião teve  
6 a seguinte **proposta de pauta**: 1) Apresentação e aprovação da pauta; 2) Aprovação da ata da  
7 reunião ordinária realizada em 28/02/2023 (leitura prévia); 3) SMPM: articulações políticas em  
8 Brasília e Curitiba; 4) Maternidade do HU: situação atual; 5) Informes (Apresentação do CMDM na  
9 Rede; Alteração do Estatuto do Servidor; Evento SECOVI; Evento na CML, Prêmio ENAP, etc.).  
10 **Conselheiras(os) presentes**: Fernanda Serenário, Maryanne Lopes Martins, Daisy Amanda Mench,  
11 Martinha Sucupira Ferraz Weber, Eliane Aparecida Candotti, Tatiene Matoba de Ávila, Cassia  
12 Munhoz Silva, Sueli Galhardi, Simone Estela Lopes de Arruda, Ana Carolina Arruda Franzon,  
13 Marselle Nobre de Carvalho, Martha Celia Ramirez Galvez. **Justificaram a ausência**: Lisnéia  
14 Aparecida Rampazzo, Priscila Alexandra Colmiran, Geocélia Alves Ribeiro, Antônia Francisca de  
15 Araújo, Pushpamary Susaiappan, Jeanete Vargas Azevedo, Suely Marlene Teodoro Rodrigues,  
16 Suely de Fátima de Magalhães. **Outras(os) participantes**: Gislaíne Paes Rocha (Advogada em  
17 violência obstétrica e Doula), Elaine Galvão (Rede Feminista de Saúde), Marília Carolina Ferreira  
18 Bittencourt (Enfermeira obstetra, Doula e ativista), Mônica Aparecida Ribeiro de Souza (Doula e  
19 empresária), Mariliz Garani (Gabinete da Vereadora Lenir de Assis), Jovelina Almeida de Andrade  
20 (Coletivo Black Divas), Débora Rodrigues Gomes Firmino dos S. Serpa (SMAS), Poliana Thaissa  
21 Soares Santana (Assessora da Vereadora Sônia Gimenez), Sonia Maria Nobre Gimenez  
22 (Vereadora), Liange Hiroe Doy Fernandes (Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres) e  
23 Rosângela Portella Teruel (Assessora de Planejamento e Gestão da Secretaria Municipal de  
24 Políticas para as Mulheres - SMPM). A Presidenta, Sueli Galhardi, inicia dando boas-vindas e com o  
25 item **1) Apresentação e aprovação da pauta**: Faz-se a leitura da pauta proposta solicitando a  
26 aprovação ou não da plenária. Pauta aprovada. **2) Aprovação da ata da reunião ordinária**  
27 **realizada em 28/02/2023**: Será feita a inclusão do nome da conselheira Ana Carolina Arruda  
28 Franzon, que não assinou a lista na reunião de fevereiro e a correção de algumas propostas do  
29 planejamento que a Comissão de Saúde ficou de enviar. Após estas considerações, ata aprovada.  
30 **3) SMPM: articulações políticas em Brasília e Curitiba**: Liange Hiroe Doy Fernandes, Secretária  
31 Municipal de Políticas para as Mulheres, inicia comentando sua ida a Brasília para reunião com  
32 autoridades do Governo Federal: Ministério das Mulheres e Ouvidoria Nacional dos Direitos  
33 Humanos. Disse que conhece a atual Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, em virtude de ter  
34 participado de atividades com a ministra anteriormente à sua nomeação. Explica que a Ministra  
35 tem preocupação com a questão da violência contra as mulheres e com a capacitação tecnológica.  
36 Conta sobre a ida da assessora Rosângela em um evento promovido pela Escola Nacional de  
37 Administração Pública (Enap) em Brasília, o “Datathon: Desigualdades de gênero no serviço  
38 público”. Rosângela representou Londrina e a região sul neste evento e integrou a equipe  
39 vencedora da competição que teve como objetivo propor soluções inovadoras para as  
40 desigualdades de gênero presentes no setor público. Acredita que vamos avançar no combate à  
41 violência nesta gestão federal. Conta que já tem agenda em Brasília no mês de abril, com a  
42 Ministra da Mulher. Comentou que o governo federal quer fortalecer o Disque 180 e explicou que



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 92ª Reunião Ordinária

*21 de março de 2023*

43 este serviço funciona em Londrina por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre com  
44 o Ministério da Mulher e a Prefeitura de Londrina, tendo como ponto focal a SMPM, responsável  
45 pelo recebimento e encaminhamento das denúncias recebidas de violações de direitos humanos  
46 para tratamento pelos órgãos do Poder Executivo Municipal responsáveis, de acordo com as  
47 situações identificadas. Falou, ainda, sobre a importância de fortalecer os conselhos de direitos,  
48 sobre a Conferência Nacional, que tem previsão para o próximo ano, e sobre a Casa da Mulher  
49 Londrinense. Citou que a Ministra tem compromisso com a pauta das mulheres, pois já atuou  
50 como Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, tendo uma visão ampla sobre a questão  
51 da violência, e que quer retomar o fórum nacional de gestoras. Conta que no Paraná existe, desde  
52 2019, o Fórum de Gestoras Municipais de Políticas para as Mulheres, do qual participa, e onde são  
53 tratados assuntos de interesse dos municípios. Em Curitiba a SMPM e os demais municípios que  
54 integram o Fórum de Gestoras tiveram agenda com a nova Secretária Estadual da Mulher, Leandre  
55 Dal Ponte. Rosângela representou o órgão, e informa que foi encaminhada, novamente, uma carta  
56 contendo reivindicações para o fortalecimento da política de direitos das mulheres no Paraná.  
57 Sueli pergunta se há perspectiva de repasse de recursos. Liange diz que a Ministra sinalizou a  
58 possibilidade de repasse de recursos pelo Governo Federal para que não fiquemos dependendo  
59 somente de emendas parlamentares. Rosângela se dispõe a compartilhar com o CMDM a carta  
60 elaborada pelo Fórum que foi, inclusive, encaminhada também aos candidatos ao governo do  
61 estado, na época da eleição, e à Ministra. Conta que o documento foi construído em Londrina  
62 durante um encontro do Fórum e que muitas das demandas constantes em nosso Plano Municipal  
63 de Políticas para as Mulheres (PMPM) estão como prioridade na carta. Diz que a Secretária  
64 Estadual Leandre reiterou o compromisso com a política de direitos das mulheres. Sobre recursos  
65 do estado, comenta sobre a recente criação do Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres, cujos  
66 recursos serão provenientes de diversas fontes, como os destinados na Lei Orçamentária Anual  
67 (LOA), Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná (FECOP), produtos da arrecadação da  
68 exploração do serviço estadual de loteria – Lotepar, dentre outros. Rosângela finalizou dizendo  
69 que Londrina é reconhecida como referência na política das mulheres e contou, também, sobre o  
70 Datathon. Liange conta que nos dias 12 e 13 de abril gestoras de organismos de políticas para as  
71 mulheres de todo o Brasil estarão em Brasília em um encontro que terá como objetivo o  
72 planejamento da política para as mulheres. Sueli diz que Londrina é referência, mas a custo de  
73 muito esforço, com muitos anos de caminhada. Coloca sua preocupação com a reposição e  
74 qualificação das servidoras da SMPM. Mariliz, assessora de Lenir de Assis, comenta a ida da  
75 vereadora a Brasília e seu compromisso com a política das mulheres. Rosângela frisa que nos  
76 últimos anos o orçamento da SMPM dobrou, em que pese o direcionamento de muitos recursos  
77 para a pandemia. Liange aproveita e ressalta o apoio do Prefeito Marcelo Belinati à SMPM. Cita,  
78 por exemplo, a autorização para a construção da Casa da Mulher Londrinense que está orçada em  
79 06 milhões de reais. Explica que sobre a reposição de recursos humanos estão esperando sair  
80 concurso para que seja possível repor as vagas das aposentadas e suprir o aumento da demanda  
81 dos serviços. Explica, ainda, que no início deste ano uma norma da Secretaria de Recursos  
82 Humanos fez com que suas servidoras pedissem a saída dos cargos de diretoria e gerência. Isto  
83 ocorreu pela proibição de realização de horas extras por quem detém função gratificada e a  
84 necessidade de manutenção do serviço Casa Abrigo, que funciona 24 horas e precisa ter servidoras



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 92ª Reunião Ordinária

21 de março de 2023

85 em plantões de 12 horas no período noturno e aos finais de semana. O entendimento para a não  
86 realização das horas extras é do Tribunal de Contas do Estado e está sendo discutido  
87 juridicamente. Por fim, neste ensejo, conseguiu a cessão de uma servidora para assumir a  
88 Diretoria responsável pela Casa Abrigo e CAM. Assumiu como Diretora a servidora Tatiene Matoba  
89 de Ávila. Seu critério de escolha foi a servidora ser atuante, gostar da pauta e ter conhecimento na  
90 área. Tatiene é formada em Letras e Direito e, além disso, é conselheira municipal dos direitos das  
91 mulheres. Sueli agradece a disponibilidade da Secretária Liange e passa ao próximo item da pauta,  
92 dando a palavra à conselheira Ana Carolina Arruda Franzon. **4) Maternidade do HU: situação**  
93 **atual:** Ana explica que esta pauta sobre a maternidade do HU vem sendo discutida pelo CMDM  
94 desde 2012. Conta que, atualmente, o setor da maternidade está em local improvisado, o que traz  
95 prejuízo no atendimento às gestantes de alto risco e seus acompanhantes. Em 2001 o espaço foi  
96 cedido para a ala de queimados. O recurso destinado à maternidade quase foi perdido e, em 2020,  
97 com o surgimento da Covid, novamente o espaço destinado à maternidade foi cedido, desta vez  
98 para funcionar como hospital de campanha na pandemia. Desde fevereiro deste ano, porém, o  
99 local não funciona mais como setor de atendimento exclusivo para Covid e os contratos neste  
100 sentido já foram encerrados. Assim, o CMDM retoma o assunto visando saber quando o prédio  
101 será entregue às mulheres e bebês de alto risco. Conta que a Rede Feminista de Saúde está  
102 elaborando um dossiê e que protocolou pedido de informação ou providências no Ministério  
103 Público. Sugere que o CMDM também protocole pedido de informação junto ao MP, anexando o  
104 dossiê. Marília Carolina Ferreira Bittencourt pede a palavra e se apresenta como Enfermeira  
105 obstetra e Doula. Diz que foi a primeira doula de Londrina, também já foi conselheira e atuou no  
106 HU. Explica como é o trabalho no Pronto Socorro Obstétrico (PSO) e quais casos são atendidos.  
107 São 10 leitos no PSO e uma sala com a cardiocografia, mas às vezes há 20 pacientes ou mais. O  
108 serviço de ultrassom não é tão eficiente, o que faz que muitas mulheres permaneçam internadas  
109 mais tempo por este motivo. Mônica Aparecida Ribeiro de Souza, doula há 4 anos, fala do direito a  
110 acompanhante no PSO. Marília explica que nem todos os casos têm direito a acompanhante, além  
111 disso no PSO não é considerado internação. Desta forma, para ter o acompanhante a gestante  
112 seria que ser transferida para o setor da maternidade, sendo lá internada. Ocorre que muitas  
113 vezes não há vaga disponível e a mulher permanece no PSO aguardando. Diz que a maternidade  
114 não entra em funcionamento principalmente por falta de recursos humanos. Gislaine Paes Rocha,  
115 Advogada e Doula, conta que atua com violência obstétrica. Diz que o problema relatado é  
116 estrutural e uma violência institucional. Segundo ela, apesar da lei que garante a permanência da  
117 doula com a gestante, há muitos relatos de proibição. Acredita que a solução seria a lei prever  
118 sanções aos profissionais ou estabelecimentos que impedirem gestantes de serem assistidas por  
119 suas doulas. Comenta que a RDC 36/2013, que institui ações para a segurança do paciente em  
120 serviços de saúde, e diretrizes do Ministério da Saúde estão sendo desrespeitadas, ou seja, estão  
121 ocorrendo infrações sanitárias. A gestante não denuncia porque nem sabe que pode. É preciso um  
122 trabalho informativo com os profissionais de saúde e com as gestantes. Marília comenta que há  
123 apenas um banheiro para todas as mulheres no andar inteiro. Gislaine denuncia, também, o  
124 racismo sofrido por algumas gestantes. Sueli propõe os seguintes **encaminhamentos:** a) Pedido de  
125 informação para Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria Estadual da  
126 Saúde (SESA), Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), Reitoria da UEL



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 92ª Reunião Ordinária

21 de março de 2023

127 e Secretaria Estadual da Mulher, questionando qual o plano de manejo do prédio e entrega da  
128 maternidade do HU; **b)** Pedido de apoio da Câmara Municipal de Londrina; **c)** Pedir providências  
129 ao Ministério Público, anexando dossiê da Rede Feminista de Saúde e documentos do CMDM que  
130 mostrem a demanda há anos sendo solicitada; **d)** Pedido de apoio/envolvimento do Conselho  
131 Municipal de Saúde, além de pauta em uma reunião do CMS. Encaminhamentos aprovados pela  
132 Plenária. Martha fala sobre a falta de ginecologistas nas unidades básicas de saúde (UBS). Marília  
133 questiona que há UBS com 03 ginecologistas, por que haveria unidades sem nenhum? Elaine conta  
134 que a maioria das demandas levadas à Rede Feminista de Saúde são sobre problemas no  
135 atendimento da saúde, que há dificuldade na contratação de médicos e que enviará ao CMDM  
136 uma lista destas demandas por escrito. **5) Informes (Apresentação do CMDM na Rede; Alteração  
137 do Estatuto do Servidor; Evento SECOVI; Evento na CML, Prêmio ENAP, etc.):** A vereadora Sônia  
138 Gimenez, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, colocou a CML à disposição  
139 do CMDM. Aproveita para divulgar um projeto de sua autoria, a LondriPáscoa, que terá uma  
140 programação com várias atrações, como celebrações ecumênicas, encenação da Paixão de Cristo,  
141 cantata, passeio turístico e arrecadação de chocolates para crianças, por meio de ação solidária.  
142 Convida a todas(os) para o lançamento que será dia 29 de março, às 18 horas, na Concha Acústica.  
143 Comenta, por fim, que nestes 02 anos de mandato, a Câmara tramitou 35 projetos de lei  
144 destinados a mulheres. Sueli aproveita e fala da necessidade de aproximação do CMDM com a  
145 CML. Cita que o Conselho não foi convidado para o evento do Dia da Mulher organizado pela  
146 Câmara. Sônia lamenta o ocorrido e diz que irá verificar com o cerimonial o que pode ter  
147 acontecido. Sueli sugere fazermos uma reunião entre CMDM e CML para tratarmos das demandas  
148 do PMPM. Sobre a apresentação do CMDM na reunião de março da Rede Municipal de  
149 Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual Contra as Mulheres (RMEVCM), Sueli  
150 ressalta a importância da participação das(os) conselheiras(os), pois são momentos de qualificação  
151 que podemos aproveitar, a cada mês. Gislaíne, Marília e Elaine colocaram-se à disposição do  
152 CMDM para falar sobre direitos sexuais, reprodutivos e violência obstétrica. Marselle pede  
153 autorização à plenária para emitirmos uma nota pública de apoio à docente da UEL que foi  
154 desqualificada por um docente temporário. O caso ocorreu no dia 15 de março durante a  
155 paralisação na universidade e veio a público por meio de nota emitida pelo Sindiprol. A docente foi  
156 verbalmente agredida durante atividade sindical por um professor médico em sala diante dos  
157 estudantes do primeiro ano do Curso de Medicina. Relata, ainda, outro caso de violência sofrido  
158 por uma enfermeira que foi agredida a chutes por um médico e que a situação foi naturalizada  
159 fazendo com que ela, a vítima, tivesse que se mudar de cidade. Solicita, assim, apoio do CMDM no  
160 caso da docente da UEL e pede que voltemos a tratar da questão da violência contra as mulheres.  
161 Aprovada a emissão da nota pelo CMDM. Marselle ficou responsável por escrevê-la. Sueli fez a  
162 leitura da lei que alterou o Estatuto do Servidor. Fernanda informa que a autoria do projeto de lei  
163 foi da SMPM. O PL 167/22 foi aprovado dia 09/03 na CML e visa proteger servidoras municipais  
164 vítimas de violência doméstica, garantindo a alteração do local de trabalho da funcionária pública  
165 em situação de violência, com atendimento prioritário e permitindo que sejam abonadas as faltas  
166 no período em que a servidora estiver em acolhimento institucional sob responsabilidade de  
167 órgão municipal ou em atendimento psicossocial ou jurídico. Sobre o evento no SECOVI, que  
168 tratou da violência contra a mulher nos condomínios, Sueli informou que saíram



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

**Ata da 92ª Reunião Ordinária**

**21 de março de 2023**

169 encaminhamentos, como a importância de se discutir os tipos de violência. Falou, também, que  
170 dia 21 de março foi instituído como Dia das Matrizes Africanas e de Eliminação do Racismo.  
171 Marselle conta sobre a Conferência de Saúde e a pobreza das propostas apresentadas,  
172 restringindo-se sobre as mulheres que são mães ou gestantes. Por fim, reiterou-se a criação do  
173 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher - FEDIM/PR (Lei Estadual 21.370, de 21 de março de 2023).  
174 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h05, e eu, Fernanda Serenário, 1ª  
175 Secretária do CMDM, lavro a referida ata.//////////